



<p>SOL</p> <p>17-07-2015</p>	<p>Periodicidade: Semanal</p> <p>Classe: Informação Geral</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 58246</p>	<p>Temática: Justiça</p> <p>Dimensão: 1181</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/42/43</p>
-------------------------------------	---	--

M^a José Morgado
à caça do
burlão da TAP ↪ Pág. 42



JOSE SÉRGIO

Ana Serafim
ana.serafim@sol.pt

João Madeira
joao.madeira@sol.pt

Falso intermediário na privatização da TAP está a ser investigado por Maria José Morgado no DIAP de Lisboa. Tentativas de burlas em grandes negócios são recorrentes, mas a taxa de sucesso está perto de zero. Houve até quem se fizesse passar por Cavaco Silva, recorda Mira Amaral.

A equipa de Maria José Morgado tem mais uma investigação de luxo a seu cargo. O Ministério Público abriu um inquérito ao caso do burlão que tentou extorquir dinheiro ao consórcio que venceu a privatização da TAP e o processo está agora com o Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP),

adiantou ao *SOL* fonte oficial da Procuradoria-Geral da República.

Depois da denúncia feita há duas semanas pelo ministro da Economia, a procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, decidiu encaminhar a investigação para a procuradora que se notabilizou pelo combate à corrupção – Maria José Morgado esteve na origem do caso Apito Douro, por exemplo.

O DIAP de Lisboa já foi responsável pela investigação de outra burla que ficou famosa há alguns anos: a de Artur Baptista da Silva, o falso consultor da ONU que enganou associações como o International Club of Portugal e a Academia do Bacalhau, além de canais de televisão e o *Expresso*.

Encontros com burlão

No caso da TAP, o Ministério Público está a reconstituir os passos do burlão, que não teve receio de tentar ganhar vantagens financeiras indevidas com um dos processos mais mediáticos nas privatizações portuguesas.

Um homem ainda de identidade desconhecida – usava o nome de António Vicente, mas não deverá ser verdadeiro – fingiu ser um representante do Ministério da Economia e chegou a estar em encontros com os responsáveis do consórcio de Humberto Pedrosa e Neeleman,

que acabou por ganhar a privatização da companhia aérea. «Não temos qualquer informação sobre o assunto», respondeu, porém, fonte do agrupamento ao *SOL*.

As diligências do burlão terão ainda incluído contactos telefónicos e a tentativa de obter informação privilegiada sobre a subconcessão Carris/Metro – à qual Pedrosa concorreu.

Quando era ministro, João Cravinho distinguia burlões porque tinham comportamentos «estranhos ao normal»

A novidade deste caso é sobretudo a escala. Como o *SOL* constatou junto de políticos, empresários e responsáveis pelas relações externas de empresas, a economia portuguesa está repleta de casos de tentativas de burla, embora a taxa de sucesso seja quase nula.

Falso convite de Cavaco

Luis Mira Amaral, ex-ministro, não esquece a história de «um indivíduo que convidou outro para ministro imitando a voz de Cavaco Silva». Era mentira, mas o convidado iludido aceitou – até que a realidade se impôs. Afinal não estava na lista de Cavaco.

«No meu tempo de governante, a situação mais frequente era indivíduos dizerem que tomavam o pequeno-almoço ou almoçavam comigo quase todos os dias, e eu mal os conhecia. Ou dizerem que estavam quase todos os dias com o pri-

meiro-ministro para me pressionarem ou impressionarem», continua.

O que pretendiam era simples: mostrar influência nos meios políticos ou nos meios de decisão, que na verdade não tinham. «Uns era para tentar 'sacar algum'. Outros era por pura vaidade ou tontice».

O agora presidente do banco BIC também chegou a ser contactado por um português que se identificava como «representante de um ex-presidente brasileiro que queria depositar um balúrdio no banco». Mas ligava sempre de um número de telefone nacional e «cheirava a esturro». «Vimos a detectar que era um falsário», recorda.

João Cravinho, também ex-ministro, descreve tentativas idênticas: «Havia pessoas que se apresentavam como próximas, mas não tendo qualquer relação, ou pessoas que tinham alguma intervenção institucional mas estendiam ou representavam pontos de vista para os quais não estavam autorizadas».

A barreira das secretárias

Mas geralmente é fácil detectar estes comportamentos abusivos. Sendo pessoas externas aos meios políticos e empresariais, «não têm consciência que se auto-denunciam e se comportam de um modo estranho ao que é normal nesses ambientes», acrescenta.

Tanto as empresas como os governantes têm meios de prevenção. A nível pessoal, as secretárias e assistentes fazem uma selecção dos contactos. «A minha secretária é minha amiga de infância. Sabe quem são os meus amigos e os que não conheço de lado nenhum, mas que estão a evocar que me conhecem. Faz logo a triagem», relata Mira Amaral.

As grandes empresas têm gabinetes para as relações externas e o tamanho do país ajuda a não cair no conto do vigário. Os empresários cruzam-se quase todos os dias com os membros do Governo. «A proximidade acaba por jogar contra este tipo de procedimentos. É muito diferente estar em organizações muito complexas e inacessíveis como a Comissão Europeia, a Casa Branca ou a ONU, ou estar num mercado como o nacional», compara Armandino Geraldes, presidente da consultora de comunicação BA&N.